

**HABEAS CORPUS Nº 502.222 - MG (2019/0094018-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : MARUZAN ALVES DE MACEDO**  
**ADVOGADO : MARUZAM ALVES DE MACEDO - MG041134**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : RAULER WINSTER CARVALHO FRANCO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAULER WINSTER CARVALHO FRANCO apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.19.026394-7/000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso nas disposições do art. 157, §2º, II e V, e §2º-A, I, c/c os arts. 61, II, "h" e 65, I, na forma do art. 70, primeira parte, todos do Código Penal, porquanto em concurso de pessoas e com uso de arma de fogo adentrou na residência das vítimas e subtraiu diversos objetos pessoais além de quantia em dinheiro.

A pena definitiva foi estabelecida em 8 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais 48 dias-multa, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem. O pedido liminar foi indeferido e a ordem foi denegada pela 2ª Câmara Criminal nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 17):

*HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - SENTENÇA  
CONDENATÓRIA PROLATADA - DIREITO AO RECURSO EM  
LIBERDADE NEGADO - DECISÃO SATISFATORIAMENTE  
MOTIVADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE  
CONCRETA DA CONDUTA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL  
NÃO EVIDENCIADO - ORDEM DENEGADA*

*- Não acarreta constrangimento ilegal a negativa do direito do réu  
a  
recorrer em liberdade, quando existem nos autos elementos  
concretos indicando a necessidade de manutenção da custódia  
preventiva como forma de garantia da ordem pública.*

No presente recurso, alega a defesa a falta de fundamentação concreta e

idônea da sentença que negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

Assevera que *"o decreto da prisão preventiva excepcional foi fundamentado, só pelo fato de o paciente movido pelo impulso natural da liberdade, se evadir do distrito da culpa, baseando genericamente e abstratamente acerca dos requisitos do art. 312 do CPP" (e-STJ fl. 3).*

Ademais, destaca as condições pessoais favoráveis do condenado (primariedade e bons antecedentes).

Sustenta também a defesa *"[...] que o fim almejado com a decretação da prisão preventiva, expressa pelo resguardo da ordem pública, pode ser alcançado mediante a aplicação de medidas cautelares menos drásticas do que o encarceramento provisório, pelo que fica insubsistente a prisão preventiva decretada, também carente de fundamentação idônea quanto à negativa de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão provisória, tudo em respeito ao postulado da proporcionalidade" (e-STJ fl. 11).*

Outrossim, afirma que não se justifica a manutenção da prisão cautelar do paciente haja vista a fixação do regime inicial semiaberto na sentença condenatória.

Diante dessas considerações, requer *"a concessão da ordem, ex officio, liminarmente, para fins de revogar a sua prisão preventiva, permitindo ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade, sem prejuízo da imposição, pelo Juízo de 1º Grau, de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal, e de decretação de nova custódia cautelar, se for o caso, demonstrada sua necessidade, com base em fundamentação concreta, nos termos e para os fins do art. 312 do CPP, cessando de imediato o constrangimento ilegal noticiado, ou ainda ou por AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DA FUSTIGADA CUSTÓDIA CAUTELAR, tudo, na esteira dos PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO SOCIAL. Após ouvido o ilustre PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA, espera-se o provimento em definitivo da presente ordem de Habeas Corpus" (e-STJ fl. 15).*

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, ao negar o direito de recorrer em liberdade, o Magistrado, na sentença, destacou o *periculum libertatis* (e-STJ fls. 46/47):

*ii. O fumus comissi delicti é decorrência lógica da sentença condenatória. O periculum libertatis permanece, diante da gravidade concreta do fato, no qual os denunciados, mediante emprego de arma de fogo e restrição da liberdade das vítimas, em conjunto com mais dois agentes, subtraíram bens pertencentes a três vítimas, uma delas idosa, de modo que há necessidade da manutenção da ordem prisional cautelar para a garantia da ordem pública. Ressalte-se, ainda, que o denunciado Rauler Winster encontra-se foragido, tendo sido expedido mandado de prisão preventiva em 18/07/2018 (ff. 103/110), não sendo cumprido até a presente data. Assim, NEGO aos réus o direito de recorrer em liberdade, ficando mantida a ordem prisional (Grifei).*

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

